COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.775, DE 2015, DO PODER EXECUTIVO, QUE DISPÕE SOBRE O REGISTRO CIVIL NACIONAL (RCN) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS - PL1775/15.

PROJETO DE LEI Nº 1.775 , DE 2015

Dispõe sobre o Registro Civil Nacional-RCN e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado JÚLIO LOPES

EMENDA Nº 05

O art. 10 do PL nº 1.775/15 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 10. O Poder Executivo federal e o Tribunal Superior Eleitoral editarão, no âmbito de suas competências, atos complementares para a execução do disposto nesta Lei e os Tribunais de Justiça anexarão outras atribuições extrajudiciais vagas e serviços autorizados aos ofícios do registro civil das pessoas naturais, como forma de garantir a manutenção e a ampliação da rede de atendimento gratuito às maternidades de sua competência.”

JUSTIFICATIVA

O presente PL 1775/2015 gera profundo impacto na sustentabilidade do sistema de registro civil das pessoas naturais, o que ameaça a política nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento,

podendo gerar ainda retração na capilaridade dos serviços pró-cidadania, que a passos largos vem ampliando a sua rede de proteção para as maternidades.

Já estão em duas mil maternidades em todo o país, totalizando entre 10 e 12 mil pontos de atendimento sem custo para o poder público e para o cidadão, pois o registro de nascimento e o de óbito são gratuitos.

Por tal motivo, a inserção do dispositivo acima se faz necessária, na medida em que cria, sem ônus para o Estado ou para a população, alternativas para que as serventias do registro civil não percam a sustentabilidade necessária à manutenção do serviço gratuito.

Considerando a diversidade nacional tanto da realidade estrutural, quanto da organização judiciária, dentre os Estados e o DF, a emenda acima se faz necessária para que cada Tribunal de Justiça avalie e encontre a melhor solução para o Registro Civil das Pessoas Naturais que especificamente controla, sem prejudicar direito de qualquer outro delegatário.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA